



Líderes definem hoje prioridade de votações

Reunião vai estabelecer agenda de votações do Senado para fevereiro e março, incluindo projetos sobre impostos em operações interestaduais, redução da maioria penal, reforma política, previdência de servidores e Lei da Copa

Em reunião convocada pelo presidente do Senado, José Sarney, os líderes partidários vão estabelecer hoje as propostas que já estão prontas para votação no Plenário e nas comissões da Casa e devem receber prioridade até o mês que vem.

Pela manhã, a presidente Dilma Rousseff se reúne com o Conselho Político — formado por líderes congressistas e presidentes dos partidos aliados — para avaliar a economia e as principais votações do primeiro semestre.

Uma das preocupações dos senadores

é o tempo reduzido para exame das medidas provisórias. A pauta do Plenário está trancada desde quinta-feira pela MP 546/11, que repassou a estados e municípios R\$ 1,95 bilhão para estimular exportações e precisa ser examinada até 8 de março para não perder a validade. **2**

Comissão vota vistorias periódicas em edifícios **7**

Acesso ao Prouni para alunos de cooperativas **7**



Amazonas enfrenta problema com migração de haitianos, dizem debatedores

Participantes de debate promovido pela Comissão de Relações Exteriores apontam condições precárias de imi-

grantes haitianos em cidades do Amazonas, em especial Tabatinga. No Acre, situação está equacionada. **3**

Luiz Paulo Barreto, Fernando Collor, Gradilone Neto, Saul Bemerguy e Rodrigo Souza no debate que teve a presença de Cristovam Buarque, Eduardo Braga – que propôs o encontro – e Vanessa Grazziotin

Senadores avaliam saídas para greves da polícia militar

Crise da segurança causada pela greve dos policiais foi tema de pronunciamentos de governistas e opositores ontem. **6**



Assine a newsletter

www.senado.gov.br/jornal

especial Cidadania

Punição para adolescente infrator é regulamentada

A execução das medidas socioeducativas para adolescentes infratores foi regulamentada em janeiro. Especialistas des-

taçam que menores são puníveis, mas as sanções precisam ser bem aplicadas para obterem resultados. **4 e 5**



Adolescentes infratores em atividade socioeducativa no Núcleo de Atendimento Inicial de São Carlos (SP)

Falhas de próteses de silicone em debate **8**

Senador relata nova reunião para a Rio+20 **7**

Tributação dupla de multinacional é criticada **8**

Impostos em operações interestaduais, redução da maioria penal e reforma política estão entre os assuntos da reunião para estabelecer agenda de votações no Senado

Líderes definem hoje prioridades até março

CONVOCADOS PELO PRESIDENTE do Senado, José Sarney, os líderes partidários devem definir hoje agenda de votações prioritárias para fevereiro e março. Segundo o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR) os parlamentares discutirão propostas que já estão prontas para votação nas comissões e no Plenário.

Jucá destacou a votação de projeto de resolução do Senado (PRS 72/10) que estabelece alíquotas de impostos nas operações interestaduais e ainda precisa ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Também está pronta, para votação em primeiro turno no Plenário, a PEC 20/99, que trata da redução da maioria penal, além de projetos de reforma política como a PEC 38/11, que fixa em 15 de janeiro a data de posse do presidente da República e em 10 de janeiro a posse de governadores e prefeitos, e a PEC 42/11, que prevê a

realização de referendo sobre mudança no sistema eleitoral.

O líder do PTB, Gim Argello (DF), ressaltou que a reunião vai selecionar os projetos mais importantes para o país porque, segundo ele, muitas propostas tratam de assuntos já superados. Para o líder do PT, Walter Pinheiro (BA), o Senado precisa se dedicar preferencialmente a projetos que podem ajudar a resolver as disputas entre estados por investimentos e recolhimento de impostos, a chamada guerra fiscal, além da reestruturação do pacto federativo.

— Devemos incluir projetos sobre temas como ICMS, comércio eletrônico, Fundo de Participação dos Estados e Municípios, partilha dos royalties do petróleo — destacou.

Uma das preocupações é o reduzido tempo para exame das medidas provisórias. A pauta do Plenário está trancada desde quinta-feira, quando Waldemir Moka (PMDB-MS)

anunciou a MP 546/11, que repassa a estados, municípios e ao Distrito Federal R\$ 1,95 bilhão para estimular exportações. A MP está com prazo de análise vencido e tem que ser examinada até 8 de março para não perder a validade.

Sobre as dificuldades para o exame de MPs, Jucá lembrou que a PEC que disciplina a tramitação aguarda a votação na Câmara dos Deputados.

— Vamos votar todas as MPs que vierem, mas precisamos cobrar da Câmara a apreciação da PEC que define o novo rito — advertiu o líder do governo.

Os senadores deverão discutir também a tramitação de propostas que devem ser enviadas em breve pela Câmara, como a mudança no regime previdenciário dos servidores públicos e a Lei Geral da Copa.

Segundo Jucá, esses temas são prioridades e devem estar na pauta do Conselho Político — formado por líderes congressistas e presidentes

Agenda provável

PRS 72/10	Estabelece alíquotas de impostos nas operações interestaduais ▶ precisa ser aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)
PEC 20/99	Trata da redução da maioria penal ▶ pronta para votação em primeiro turno no Plenário
PEC 38/11	Altera para cinco anos o tempo de mandato do presidente, governadores e prefeitos, fixando em 15 de janeiro a data de posse do presidente e em 10 de janeiro a de governadores e prefeitos ▶ pronta para votação em primeiro turno no Plenário
PEC 42/11	Prevê a realização de referendo sobre mudança no sistema eleitoral ▶ pronta para votação em primeiro turno no Plenário
MP 546/11	Repasa a estados, municípios e ao Distrito Federal 1,95 bilhão de reais de dinheiro da União para estimular as exportações ▶ está com prazo de análise vencido e tem que ser examinada até oito de março. Se isso não acontecer, perderá a validade.
PEC 11/11	Disciplina a tramitação de medidas provisórias ▶ aguarda votação na Câmara dos Deputados
PL 1.992/07	Mudança no regime previdenciário dos servidores públicos ▶ deve ser enviada em breve pela Câmara
PL 2.330/11	Lei Geral da Copa de 2014 ▶ deve ser enviada em breve pela Câmara

dos partidos aliados — que se reúne hoje de manhã com a presidente Dilma Rousseff. — A presidente deverá fazer

um balanço da situação econômica e definir as prioridades de votação para este semestre no Congresso — disse Jucá.

Até 8 de março para votar MP que incentiva exportações

A primeira medida provisória a ser examinada pelo Senado em 2012 chegou ao Plenário na última quinta-feira. Modificado pela Câmara, o texto da MP 546/11, cujo objetivo é fomentar as exportações, foi transformado em projeto de lei de conversão (PLV 1/12) e tem que ser votado até 8 de março.

A MP, editada em 29 de setembro de 2011, determina o repasse de R\$ 1,95 bilhão aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, em três parcelas iguais de R\$ 650 milhões. Esses repasses ocorreram nos meses de outubro, novembro e dezembro do ano passado,

para compensar perdas, resultantes da isenção do ICMS a produtos exportados, não cobertas pela Lei Kandir.

O rateio dos recursos foi feito de acordo com regras da Secretaria do Tesouro Nacional. Cabe aos estados e ao DF a prestação de informações sobre o aproveitamento dos créditos pelos exportadores.

A MP também concede subvenção econômica ao BNDES para operações de financiamento destinadas a empresas, microempreendedores individuais e pequenos agricultores de regiões atingidas por desastres naturais.



Área de cargas do Aeroporto de Viracopos (Campinas): exportações exigem expansão desses armazéns

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Plenário Pauta trancada por MP

14h A sessão deliberativa tem a pauta trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 1/12) proveniente da medida provisória (MP 546/11) que concede incentivos às exportações.

Presidência Reunião com lideranças partidárias

12h O senador José Sarney recebe o deputado federal Angelo Vanhoni; às 15h, participa de reunião de líderes. Às 16h, preside a sessão plenária.

CMA 6º Fórum Mundial da Água

8h30 A Comissão de Meio Ambiente realiza audiência pública para discutir o 6º Fórum Mundial da Água, previsto para março na França. Participam do debate representantes dos ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores, o presidente do Comitê Internacional do fórum, Benedito Braga, entre outros. Na pauta, 13 propostas têm decisão terminativa, entre elas, a que autoriza o Executivo a criar a Fundação Instituto de Pesquisa da Biodiversidade Brasileira (Biobras). A Biobras deverá desenvolver pesquisas voltadas à bioprospecção, difundir o conhecimento adquirido e promover o aproveitamento econômico da biodiversidade.

CAS/CDH Próteses de silicone

10h As comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e realizam audiência pública para tratar da saúde da mama e dos problemas causados pela prótese de silicone das marcas holandesa Rofil e francesa Poly Implant Prothese. Entre os participantes, representantes da Anvisa, da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, da Associação Brasileira de Medicina de Grupo e da Sociedade Brasileira de Mastologia.

CAE Sabatina de indicado a diretor da CVM

10h Na pauta de 13 itens da Comissão de Assuntos Econômicos, consta projeto que permite ao empregador doméstico o desconto do IR do salário pago a seus empregados, no valor equivalente a até três salários mínimos. A comissão também vota a indicação de Roberto Tadeu Antunes Fernandes para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

CE Ampliação do acesso ao Prouni

11h Um dos projetos em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte permite a participação dos estudantes de cooperativas educacionais no Prouni. Outra proposta estabelece número máximo de alunos por turma na pré-escola e no ensino fundamental e médio.

CDR Inspeção obrigatória de prédios

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo examina projeto que determina inspeções a cada cinco anos em prédios de uso coletivo de mais de 30 anos.

CMO Pedidos de debates

14h30 A Comissão Mista de Orçamento reúne-se, no plenário 2 da Câmara, para votação de requerimentos para realização de audiências públicas.

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Requião: "É inadmissível que ele seja reconduzido de afogadilho"

Requião pede que Senado não aprove indicado para ANTT

Em discurso, Roberto Requião (PMDB-PR) voltou a protestar contra a possível recondução de Bernardo Figueiredo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Amanhã, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realizará a sabatina de Figueiredo, indicado pela presidente Dilma Rousseff para novo mandato à frente da agência reguladora.

— É inadmissível que ele seja reconduzido de afogadilho, no atropelo, imprudentemente. Seria uma inominável irresponsabilidade que, espero, o Senado não cometa — afirmou.

O senador argumenta que o indicado cometeu irregularidades e malfeitos em seu primeiro mandato. Requião citou a representação da Procuradoria-Geral da República (PGR) que acusa a ANTT de omitir-se de regular e fiscalizar os contratos de concessão ou arrendamento do transporte ferroviário de cargas.

— Na falta de efetivo controle, as concessionárias como que se apropriam do negócio do transporte ferroviário de carga como se fosse próprio; fazem suas escolhas livremente, segundo os seus interesses econômicos — leu Requião.

Segundo o senador, a PGR também acusa Figueiredo de atuar em favor da concessionária América Latina Logística (ALL), "da qual o senhor Bernardo Figueiredo se origina, em nome da qual assinou o contrato de concessão e cuja alta direção integrou".

— A Procuradoria-Geral da República constatou que o senhor Bernardo Figueiredo impede que os funcionários da ANTT multem a ALL e outras concessionárias privadas — pontuou Requião.

O parlamentar afirma que a base governista no Senado "não quer ouvir" a PGR e não dá atenção às investigações realizadas pela CPI do Sistema Ferroviário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

— Espero que o Senado da República não fique genuflexo diante de tanta barbaridade. Seria uma desonra — concluiu.

Em audiência realizada a pedido de Eduardo Braga, parlamentares e governo debatem medidas para enfrentar o problema

Sob controle no Acre, imigração de haitianos preocupa o Amazonas

CIDADES AMAZONENSES AINDA sofrem com a imigração de haitianos que chegam ao Brasil desde 2010. O município de Tabatinga, por exemplo, localizado em região de fronteiras com Peru e Colômbia, recebeu cerca de 4 mil imigrantes desde fevereiro daquele ano. A informação é do prefeito Saul Nunes Bemerguy, que ontem participou de audiência pública no Senado sobre o tema. O encontro foi realizado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), por requerimento de Eduardo Braga (PMDB-AM), e contou com representantes do governo federal, do Acre e do Amazonas, além de outros senadores.

— Queremos ajudar, mas o município de Tabatinga não tem recursos suficientes para isso. Temos uma população residente de 52 mil habitantes e mais uma população flutuante de 15 mil, principalmente estrangeiros. Nunca tem menos de 70 mil pessoas em Tabatinga. O fluxo na tríplice fronteira é intenso e permanente — informou Bemerguy.

Segundo ele, cerca de 700 haitianos ainda estão na



Collor preside audiência entre Barreto (2º à esq.) e o prefeito de Tabatinga, Saul Bemerguy (2º à dir.)

região esperando ajuda das autoridades brasileiras. O prefeito reclamou que a cidade não recebe a devida atenção dos governos estadual e federal, principalmente nas áreas de educação e saúde.

Questionado pelo presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), e por outros senadores, o secretário executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, garantiu que reunião interministerial com os parlamentares será realizada em breve para tratar do problema no Amazonas.

Barreto informou, no en-

tanto, que, no Acre, a situação está praticamente resolvida. Ele disse que o governo brasileiro está regularizando os haitianos, concedendo-lhes direitos civis e de trabalho.

— Essas medidas funcionaram bem. A situação no Acre está quase resolvida. Nenhum caso foi enquadrado como refúgio, pois refúgio pressupõe perseguição, pressupõe que a pessoa seja vítima de perseguição em seu país — disse Barreto.

Ele explicou que o Brasil não quer incentivar essa migração de haitianos, mas ajudar na

reconstrução e estabilização daquele país.

Desde 2010, cerca de 2.300 haitianos passaram pelo Acre. Hoje, apenas 60 continuam em situação pendente, de acordo com o secretário de Justiça e Direitos Humanos do estado, Nilson Mourão.

Segundo ele, depois da primeira audiência na CRE sobre o tema, em 2011, a situação ganhou mais visibilidade, com o governo federal enviando recursos financeiros e 14 toneladas de alimentos. A regularização dos documentos também ganhou agilidade.

Ministério avalia que estados do Norte não estavam preparados para imigração

O diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério de Relações Exteriores, Rodrigo do Amaral Souza, lembrou que, no final de 2010, os haitianos chegavam à fronteira dos estados da região Norte e solicitavam refúgio.

— Somos obrigados a dar entrada nesses pedidos, mas essas regiões não estavam preparadas para receber um fluxo tão grande de estrangeiros — disse.

O caso foi analisado pelo Conselho Nacional de Imigração (Cnig), que desde

então autorizou 1.300 "vistos humanitários", de um total de mais de 4.500 haitianos que ingressaram no país desde 2010. Apenas 1.200 desses vistos podem ser emitidos por ano, mas eles incluem familiares do beneficiado.

O subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do ministério, Eduardo Ricardo Gradilone Neto, diferenciou "situação irregular", como a dos haitianos, e "situação ilegal", que seria mais adequada a estrangeiros em situação criminosa no país, como tráfico de drogas.

Braga afirma que imigrantes vivem "no limbo" e cobra solução do governo federal

Eduardo Braga (PMDB-AM), autor do requerimento da audiência pública de ontem, disse que 456 haitianos chegaram a Tabatinga (AM) em 2010. Em 2011, 1.898. E, no primeiro mês de 2012, outros 1.460.

— Tabatinga se transformou no limbo dos haitianos, diz a imprensa. Coiotes financiam imigrantes e cobram altos juros, inclusive detendo familiares para poderem cobrar a dívida — disse o senador.

Braga apelou ao Ministério da Justiça para que o Brasil crie política urgente para os 4.500 haitianos que ainda estão no

Amazonas, alguns "pedindo esmolas nas ruas".

Em resposta, o secretário executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, garantiu que a pasta estuda solução para os haitianos que "estão no limbo".

Vanessa Graziottin (PCdoB-AM) voltou a sugerir que a Comissão de Relações Exteriores (CRE) participe da audiência pública em Manaus sobre os haitianos, que será realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos (CDH) e a CPI do Tráfico de Pessoas, da qual ela é presidente.

Suplicy lamenta morte de José Cândido

Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou a morte do deputado estadual José Cândido (PT-SP), ocorrida no domingo. Eleito em 2010 com 58.932 votos, José Cândido, que tinha 69 anos, era presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Suplicy destacou a luta do político em favor dos mais necessitados e a sua atuação

no fortalecimento do PT na região do Alto Tietê. Informou que o deputado estadual começou sua trajetória política como líder comunitário e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriente (SP). Ressaltou que José Cândido foi um homem dedicado às causas sociais, além de ter se destacado na defesa do meio ambiente e

dos direitos humanos.

Suplicy leu notas de pesar divulgadas pelo representante do PT de Marília, Alonso Bezerra de Carvalho, pelo presidente estadual do PT, Edinho Silva, e pela bancada estadual, segundo a qual José Cândido era "um virtuoso combatente da luta pela igualdade racial e inclusão dos menos favorecidos à sociedade".



Eduardo Suplicy exalta atuação do petista na região do Alto Tietê

Medidas para reeducar jovens infratores são aprimoradas

As punições previstas em estatuto para os adolescentes que violam a lei ganharam seu marco regulatório em janeiro, e diferenciam-se das impostas a adultos por seu caráter socioeducativo

Juliana Steck

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS FORAM introduzidas no Brasil na legislação do menor em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Antes, havia o Código de Menores estabelecendo ações repressivas e punitivas, em sintonia com a Política Nacional de Bem-Estar do Menor, de 1964, que criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e autorizou os estados a criarem as Febems. A autoridade judiciária tinha poderes ilimitados sobre tratamento e destino da “infância em risco”. Com o ECA, menores de 12 anos passaram a estar sujeitos a medidas protetoras, e o atendimento a adolescentes ganhou caráter socioeducativo (*veja as medidas no quadro ao lado*).

A defensora pública do Distrito Federal Laisa Drummond Moreira Muniz, coordenadora do Núcleo de Assistência Jurídica de Execução de Medidas Socioeducativas, explica que as bases do ECA foram lançadas na Constituição de 1988, que introduziu conteúdo e enfoque próprios da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas (ONU). Ela acrescenta que a eman-

ciação aos 16 anos não acarreta imputabilidade do jovem (o adolescente, se emancipado, permanece sujeito às regras do ECA) e que a idade do jovem é verificada na data da prática da infração. Destaca também que o sistema de intervenção deve fazer com que o jovem adquira responsabilidade social.

— No Direito brasileiro, crianças e adolescentes são, sim, responsáveis pelos atos infracionais que praticam — ressalta.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) avalia que, desde o ECA, “há muito o que comemorar”. O Código de Menores, segundo ela, “tratava filhos de trabalhadores e trabalhadoras como marginais simplesmente por serem pobres”.

— O ECA rompe com esse princípio. Ao definir a privação de liberdade como medida em caráter excepcional, com prazo delimitado para cumprimento e obrigatoriedade de revisão semestral, a lei passa a observar esse jovem como um sujeito de direitos, que pode mudar sua posição, sua forma de ver e agir na sociedade — afirma.

Segundo Lídice, antes os menores eram simplesmente presos. Hoje, a

separação por idade, compleição física e grau de periculosidade do ato impede que eles sejam violentados. “É preciso tratar a cada um individualmente”, diz.

Propostas

Muitos defendem tratamento mais duro aos menores infratores, em especial nos delitos mais graves, como os contra a vida. A PEC 74/11, assinada por Acir Gurgacz (PDT-RO) e mais 31 senadores, por exemplo, propõe que, nos casos de homicídio doloso e latrocínio, consumados ou tentados, sejam penalmente inimputáveis apenas os menores de 15 anos.

No Senado, mais de dez PECs tramitam sugerindo a redução da idade penal para 15 ou 16 anos. Algumas preveem que a medida só seja válida para crimes hediondos, outras incluem tráfico, tortura e terrorismo. Muitas exigem que exame médico-psicológico ateste a capacidade de discernimento do adolescente. Na Câmara, mais de 30 proposições tramitam, separadamente ou em conjunto, com teor semelhante.

Entre os senadores que apoiam a redução, está Doméstenes Torres (DEM-GO), que já foi procurador



Menores de 12 anos hoje estão sujeitos apenas a medidas protetoras, e não socioeducativas

da Justiça e secretário de Segurança Pública de Goiás. Ele sustenta que a criminalidade é assunto de fundo moral e que um jovem entre 16 e 18 anos tem plena capacidade de identificar o ato criminoso. A pobreza não seria, portanto, causa determinante da criminalidade. “Se assim fosse, como explicar o crescimento da criminalidade entre jovens ricos?”, questiona.

Para Casildo Maldaner (PMDB-SC), o prazo máximo de três anos para as medidas socioeducativas deve ser re-



visto para crimes hediondos. “Acredito ainda em alteração na legislação que crie uma espécie de crime diferenciado e talvez compreenda idades entre 14 e 18 anos, aliada à análise psicológica e psiquiátrica”, diz.

Sanções previstas no ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente menciona que menores de 18 anos não estão sujeitos às punições previstas no Código Penal, mas imputabilidade penal não significa impunidade. Nesses casos, o ECA determina sanções específicas por meio das medidas socioeducativas, que são:

PARA CRIANÇAS (MENORES DE 12 ANOS)

Nesses casos, o foco principal das medidas são os pais ou responsáveis pela criança. Segundo o artigo 101, os pais ou responsáveis devem assinar um termo de responsabilidade pela criança. A partir disso, outros serviços podem ser solicitados para a família ou para a criança: matrícula na escola, tratamento de alcoolistas e toxicômanos, atendimento psicológico ou psiquiátrico, entre outros.

PARA ADOLESCENTES (DOS 12 AOS 18 ANOS)

Medidas socioeducativas em meio aberto

- ▶ **Advertência (art. 115)** Repreensão verbal, feita por juiz ou autoridade legal, que é transformada em documento e assinada pelas partes envolvidas.
- ▶ **Obrigação de reparar o dano (art. 116)** Para casos de danos patrimoniais, a autoridade judicial poderá determinar que o adolescente restitua o objeto danificado, furtado ou roubado, ou compense o prejuízo da vítima financeiramente ou de outra forma, como, por exemplo, limpando ou pintando uma parede que pichou.
- ▶ **Prestação de serviços à comunidade (art. 117)** Consiste na realização, pelo adolescente, de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas ou estabelecimentos similares, ou em programas comunitários ou governamentais. A jornada não deve exceder oito horas semanais e não pode prejudicar a frequência do adolescente à escola ou à jornada normal de trabalho.

- ▶ **Liberdade assistida (arts. 118 e 119)** Será adotada caso a autoridade responsável a considere alternativa mais viável. Um orientador voluntário acompanha o jovem e sua família, com o apoio de autoridade competente, por pelo menos seis meses. Caso necessário, o adolescente ou algum membro de sua família é inserido em programas de auxílio e assistência social. A frequência escolar é acompanhada e os maiores de 16 anos são encaminhados para cursos profissionalizantes e incentivados a ingressar no mercado de trabalho formal.

Medidas socioeducativas em meio fechado

- ▶ **Semiliberdade (art. 120)** O adolescente deve permanecer em estabelecimento de rotina em instituição especializada, possibilitada a realização de atividades externas, como estudos e cursos profissionalizantes, independentemente de autorização judicial. Não há prazo determinado de duração e cabe à autoridade judicial avaliar cada caso.
- ▶ **Internação em estabelecimento socioeducativo (arts. 123 a 125)** Privação de liberdade. O jovem deve participar de atividades pedagógicas, profissionalizantes e esportivas. A internação não pode exceder três anos. Atingido esse limite de tempo, o adolescente deve ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida. Só deve ser aplicada quando houver grave ameaça ou violência à vítima do adolescente, reiteração no cometimento de infrações graves ou descumprimento de medida socioeducativa imputada anteriormente.

Fonte: Andi Comunicação e Direitos

“Violação de direitos ainda é frequente”

No Brasil, de cada 10 milhões de adolescentes, 8,8 encontram-se em privação ou restrição de liberdade, de acordo com estudo de 2010 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). A maior proporção é a do Distrito Federal (29,6 a cada 10 mil). A menor, a do Maranhão (1,2). Desses jovens, 94% são do sexo masculino.

Esses adolescentes nem sempre conseguem ter, na internação, uma medida realmente socioeducativa. Levantamentos do Programa Justiça ao Jovem, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apontam ocorrência de violações de direitos nas unidades de atendimento, como maus-tratos e negligência em relação à saúde. Há ainda denúncias de adolescentes privados de liberdade em locais inadequados, como delegacias e presídios.

O presidente da Fundação Criança de São Bernardo do Campo (SP), Ariel de Castro, diz que as medidas socioeducativas, de maneira geral, são mal aplicadas no Brasil. Segundo ele, há tendência excessiva à internação, mesmo em casos de atos infracionais cometidos sem uso de violência.

Lídice da Mata destaca que ainda há elemento racial nos índices de violência: estudos apontam que um jovem negro tem quatro vezes mais chance de ser assassinado do que um branco.

Já a defensora pública do DF Laisa Muniz afirma que “a inexistência ou oferta irregular de propostas pedagógicas, a falta de programas, a carência de pessoal técnico e de instalações físicas e a falta de programas para o desligamento da medida podem ser apontadas como as principais causas da ineficácia do sistema socioeducativo”. Hoje, a execução das medidas fica praticamente a critério do juiz, em face da ausência de parâmetros na lei. Essa lacuna, segundo ela, pede uma lei de execução de medidas socioeducativas, que até hoje não existe, nem mesmo no ECA. “E onde não há regras objetivas tudo pode acontecer, principalmente a injustiça”, diz.

Ainda segundo o Unicef, nos EUA, onde alguns estados julgam jovens como adultos (até com imposição de pena de morte ou prisão perpétua), estudo endossado pelo governo federal mostrou que adolescentes que cumpriram pena como adultos cometeram, posteriormente, mais crimes violentos do que os tratados por Justiça especializada.



Lídice: é fundamental regulamentar a execução das medidas em todo o país



Eduardo Suplicy avalia que, mais que punir, melhor é garantir reintegração



Armando Monteiro destaca importância dos serviços no Sinase

Marco regulatório unifica aplicação da lei

Com o objetivo de uniformizar o processo de apuração de atos infracionais cometidos por adolescentes e de aplicação de medidas socioeducativas em todo o país, a Lei 12.594/12, sancionada em 18 de janeiro, instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

O projeto que regulamenta a execução das medidas socioeducativas foi aprovado pelo Congresso em dezembro de 2010. A iniciativa, originada de resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), padroniza os procedimentos jurídicos envolvendo menores.

— Os aplicadores da lei, os juízes, o Ministério Público e os educadores sociais deverão ter a mesma regra para seguirem. Não dá para em cada município uma mesma infração ser tratada de forma diferenciada — afirma Lídice da Mata, que foi relatora na Comissão de Direitos Hum-

anos (CDH). Entre as mudanças, está a exigência de que cada unidade de atendimento em regime fechado (de privação de liberdade) atenda, no máximo, 90 adolescentes por vez, sendo que os quartos deverão ser ocupados por apenas três jovens.

Um dos principais focos do marco regulatório, relatado no Senado por Eduardo Suplicy (PT-SP), é “auxiliar os adolescentes infratores em sua reintegração ao meio social; é muito mais benéfico para todos do que simplesmente puni-los”.

Segundo Lídice, “antes de privarmos o adolescente temos outras opções que devem ser testadas, entre elas a liberdade assistida, que pode ser executada no município onde o adolescente cometeu o ato, próximo de sua família”. Na avaliação de Armando Monteiro (PTB-PE), que relatou o projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), serviços de edu-

cação, saúde, lazer, cultura, esporte e profissionalização são prioridades no sistema.

— O Sinase possibilita a harmonização e unificação de procedimentos, evitando que cada estado da Federação adote uma política desvinculada das diretrizes nacionais — afirma a coordenadora do Programa de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Unicef no Brasil, Casimira Bengue.

O sistema será financiado por recursos orçamentários, e pelos fundos de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A legislação do Imposto de Renda também será alterada para permitir que contribuintes pessoas físicas e jurídicas realizem doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente — outro financiador do sistema — e possam deduzi-las integralmente do imposto devido.

Núcleo de São Carlos é modelo na aplicação do ECA

Criado em 2001, o Núcleo de Atendimento Inicial (NAI) de São Carlos (SP) foi concebido para agilizar os procedimentos referentes à apuração de atos infracionais imputados a adolescentes, desde a apreensão policial até a sentença de aplicação da medida socioeducativa. Em São Carlos, esse percurso se processa, no máximo, em três dias, enquanto em alguns municípios leva até dois anos.

O trabalho é desenvolvido pela prefeitura em parceria com o Juizado da Infância e Juventude e os salesianos São Carlos. O atendimento envolve também a família do jovem, que recebe atendimento de diversos profissionais. Segundo o Unicef, antes de 2001, 15 homicídios eram praticados por adolescentes a cada ano. Em 2006, nenhum caso foi registrado.

Apenas 4% dos jovens que passam pelo NAI voltam a cometer crimes, enquanto pelo modelo convencional (Fundação Casa/Febem), a reincidência chega a 30%. Também houve redução de



Adolescente em atividade no NAI de São Carlos (SP): reincidência caiu para 4%

90% no número de internos enviados à Febem — 96% dos jovens que cometem ato infracional em São Carlos são atendidos no próprio município.

Hoje, o NAI São Carlos é considerado modelo na

recuperação de adolescentes. O núcleo já recebeu visitas de 50 municípios paulistas, dos governos de Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Amapá e do Distrito Federal, e de dois países: França e Filipinas.

Processo determinado pelo estatuto

- 1 Adolescente cometeu ato infracional.
- 2 Encaminhamento à delegacia especializada em infância ou juventude, ou, caso não haja na cidade, à delegacia comum. O delegado toma as providências administrativas necessárias — ouve o acusado, reúne provas e busca as testemunhas — e registra a ocorrência. O adolescente só pode ser privado de liberdade caso seja flagrado durante a prática de ato infracional ou haja ordem escrita de juiz (artigo 106).
- 3 Promotoria recebe o caso e decide por abrir ou não o processo com base nos indícios da prática de ato infracional.
- 4 Juizado da Infância e Juventude recebe o processo e dá encaminhamento, podendo absolver ou sentenciar o acusado. Durante o processo, o adolescente tem direito a defensor e, caso não tenha um, o juiz deve nomeá-lo. No artigo 108, estipula-se o prazo máximo de 45 dias para a internação provisória do adolescente que aguarda a sentença. Caso o juiz não finalize o processo nesse período de tempo, o jovem deve ser liberado.
- 5 Medida socioeducativa pode ser ofertada pelo Estado por organização não governamental, quando constatada a culpa. Todo programa socioeducativo precisa ser registrado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. De acordo com o Sinase, as medidas em meio fechado — internação e semiliberdade, incluindo a internação provisória — são de responsabilidade do governo estadual. Já os programas de atendimento em meio aberto devem ser mantidos pelos governos municipais. Geralmente, os órgãos coordenadores das medidas socioeducativas são as secretarias de Segurança ou de Assistência/Desenvolvimento Social.

Fonte: Andi Comunicação e Direitos

Saiba mais

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)
<http://bit.ly/conanda>
conanda@sedh.gov.br

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
www.cnj.jus.br

Unicef Brasil
www.unicef.org.br

Andi Comunicação e Direitos
www.redeandibrasil.org.br/

Levantamento Nacional
<http://bit.ly/levantamento>

Defensoria Pública do Distrito Federal
www.defensoria.df.gov.br



Confira outras edições do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Plenário discute crises no Brasil e no mundo

As medidas que o Brasil deve adotar para enfrentar os problemas da segurança pública e a crise financeira internacional tiveram destaque na agenda do Plenário ontem. Para os opositores Aloysio Nunes e José Agripino, o governo criou a insatisfação

dos policiais ao conceder salários diferenciados para o DF e não estender o benefício aos estados.

Marcelo Crivella, da base governista, defendeu a convocação de PMs da reserva para garantir a ordem. Vital do Rêgo, também governista, chamou a atenção

para a necessidade de ampliar o debate sobre o assunto no Senado.

Cristovam Buarque se mostrou preocupado com o agravamento da situação econômica da Grécia. Eduardo Braga acentuou a importância de o Brasil investir em educação, ciência e tecnologia.



Senador diz que governo é contra a PEC 300

Vital propõe debate sobre segurança

Vital do Rêgo (PMDB-PB) conclamou os parlamentares a trazer a discussão sobre a segurança pública no país para o Senado. Na avaliação do senador, o atual sistema está falido e, além da questão salarial dos policiais, tratada pela PEC 300/08, é preciso votar a proposta de regulamentação da greve de servidores públicos.

— A PEC 300 me parece o [problema] mais grave porque mexe com o bolso. É uma panaceia que poderá atender aos mais diversos interesses, é um primeiro passo. Mas não tem efeito imediato, não tem nada demais — disse.

O parlamentar questiona a capacidade de o país fazer segurança pública com os salários pagos atualmente aos policiais, que variam entre R\$ 996, no Rio Grande do Sul, e R\$ 4 mil, no Distrito Federal.



Sistema está falido, afirma Vital do Rêgo

Para Aloysio Nunes, PT tem dupla face

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) acusou o governo de assumir posições contraditórias com relação a temas importantes, como privatizações e a proposta de emenda à Constituição (PEC 300/08) que estabelece piso salarial nacional para PMs e bombeiros. De acordo com Aloysio, o PT defendeu a aprovação da PEC 300 na campanha para presidente da República.

— Agora a presidente Dilma move céus e terras junto a sua base parlamentar para que a PEC 300 não seja aprovada — afirmou o senador.

Sobre as privatizações no setor de petróleo, Aloysio disse que, candidata, Dilma Rousseff afirmou que não faria concessões para exploração de áreas do pré-sal, omitindo o fato de que o governo anterior já teria entregue poços do pré-sal ao empresário Eike Batista.



Senador sugere acordo entre União e estados

José Agripino cobra solução para PMs

José Agripino (DEM-RN) disse que as greves nas polícias “estão latentes, não estão encerradas”. Como “fogo de monturo, aquele que queima por debaixo, até consumir tudo, a situação das polícias exige cuidados antes que seja tarde”.

Para o senador, a União e os estados precisam estabelecer acordo para que se garanta a melhoria salarial reivindicada pelos policiais. A solução passa pelo Fundo Nacional de Segurança, disse.

Para Agripino, o então presidente Lula criou a insatisfação ao anunciar, em setembro de 2009, um salário de R\$ 4 mil para os policiais. A única corporação a receber esse piso foi a Polícia Militar do Distrito Federal — paga com recursos da União —, causando insatisfação nas outras tropas.

Crivella quer chamar policiais da reserva

Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu o Projeto de Lei (PL) 5.045/05, de sua autoria, que está em análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, autorizando os governadores a convocar os policiais militares da reserva em caso de grave perturbação da ordem social.

De acordo com o senador, a medida poderia dobrar o efetivo de polícia na rua, ao trazer os militares que se aposentaram há pouco tempo para substituir os que ficam na área administrativa. Estes, que estão mais bem treinados, poderiam ir para as ruas. O senador disse que sua proposta tramitou por dois anos no Senado e pediu agilidade na análise da Câmara.

— Quem sabe, ainda este ano, possamos dar este instrumento para a sociedade — disse.



Segundo o senador, medida dobraria efetivo

Futuro, só com ciência e tecnologia, diz Braga

O país tem que investir em educação, tecnologia, ciência e inovação, sob pena de grande prejuízo para as gerações futuras, alertou Eduardo Braga (PMDB-AM).

— O Brasil não vai conseguir manter o financiamento da sua economia e do seu bônus demográfico por mais de 20, 25 anos, baseado em commodities minerais e agrícolas.

O senador deu o exemplo dos chamados Tigres Asiáticos, que aproveitaram o período de bônus demográfico e de mão de obra barata para



Rogue de São Senado Federal

transformar-se durante período de reestruturação no consumo mundial. O investimento em educação, tecnologia e ciência fez com que eles parassem de copiar para passar a inovar.

— Nossa geração será cobrada pela irresponsabilidade de não ter tido coragem de tomar essa decisão.

Outra questão a ser enfrentada pelo país, na opinião de Braga, é a rediscussão do pacto federativo, de modo a reduzir a concentração de receita tributária na União, em prejuízo de estados e municípios.

Cristovam lamenta crise na Grécia

Cristovam Buarque (PDT-DF) mostrou ontem preocupação com o agravamento da crise na Grécia, temendo que as manifestações de rua que resultaram em saques e incêndios marquem o início de processo mais longo de violência.

Para ele, a raiva da população é explicável pelas medidas governamentais — que classificou de “suicídio social” —, como a demissão de 150 mil servidores até 2015 e a redução do salário mínimo.

O senador disse que há tempos “o rei grego estava nu”: o euro super-



Waldemir Borreto/Senado Federal

valorizado e a facilidade de endividamento, em sua opinião, levaram a população e o governo da Grécia a se acostumarem com dinheiro fácil.

Cristovam espera que o Brasil tenha “coragem cívica” para antecipar-se a medidas drásticas como as da Grécia — em sua

avaliação, dispensar servidores no Brasil geraria crise constitucional. Ele pediu apoio para levar a Delcídio do Amaral (PT-MS), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, análise sobre a crise europeia.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Rolleberg participa de reunião preparatória para a Rio+20

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) falou, em discurso, da primeira reunião do ano do grupo de trabalho que trata da participação brasileira na Conferência Nacional de Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que ocorrerá em junho, no Rio.

Integrante do grupo, assim como Cristovam Buarque (PDT-DF) e Fernando Collor (PTB-AL), Rolleberg comemorou a participação de 22 ministros na reunião, ocorrida na semana passada. Isso, em sua opinião, demonstra o compromisso do governo brasileiro com o tema.

O parlamentar salientou



Rolleberg é membro de grupo de trabalho que trata da Rio+20

Restaurante poderá fornecer informação nutricional de pratos

Para ajudar na escolha dos pratos e das bebidas disponíveis em restaurantes, o consumidor poderá passar a contar com informações nutricionais do cardápio. A regra consta de projeto (PLS 489/11) de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que será analisado hoje pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Para justificar a proposta, o senador aponta o aumento do número de brasileiros obesos ou com sobrepeso. As pessoas que estão acima do peso ficam mais propensas a problemas como colesterol alto, hipertensão, derrame, diabetes e doença cardíaca coronariana, além de alguns tipos de câncer.

“Atraídos pelo paladar, pela praticidade e pelo preço, muitos brasileiros baseiam a sua dieta em comidas rápidas, caracterizadas por alta densidade energética, abundância de gordura e carboidratos e escassez de fibras, vitaminas e minerais”, observa Valadares.

O relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), apresentou voto favorável.

o papel preponderante do Brasil, que desde a Eco-92 tem papel protagonista nas questões ambientais. Desde então, de acordo com o senador, o desenvolvimento sustentável faz parte da agenda não apenas do mundo, mas especialmente do Brasil. Muitos dirigentes de organismos internacionais ligados ao meio ambiente têm diretores brasileiros, observou.

— Isso só aumenta a responsabilidade do Brasil no que se refere à construção de novos paradigmas para o desenvolvimento. Sem dúvida, esse será o tema mais importante a ser tratado pela Comissão de Meio Ambiente ao longo deste primeiro semestre, já que a conferência se realizará no final de junho — assinalou o senador.

Rolleberg preside a CMA no Senado e já confirmou a presença da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na reunião do próximo dia 29.

A comissão realizará ciclo de debates sobre o tema, em que serão ouvidos representantes da sociedade, da comunidade científica, do governo, do setor produtivo, dos trabalhadores e de outros grupos.

Prazo menor para órgão de proteção ao crédito corrigir erro

Os órgãos de restrição ao crédito dispõem de até cinco dias para comunicar a clientes a correção de informação inexata transmitida a respeito dos consumidores, mas esse prazo está sob questão na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Projeto em pauta na reunião de hoje reduz o prazo para 24 horas, mas o relator, Lobão Filho (PMDB-MA), sugere a rejeição da proposta (PLS 329/10), para manter os cinco dias.

No fim do ano passado, pedido de vista coletivo adiou a votação e Anibal Diniz (PT-AC) apresentou voto em separado, em que recomenda a aprovação do projeto de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) com emenda que sugere a solução intermediária de dois dias úteis para as comunicações sobre alterações de erros.

Para Valadares, cinco dias é muito tempo quando se considera as condições tecnológicas atuais. Nesse prazo, “muitos negócios deixam de ser realizados e muitos contratos são inviabilizados”, diz.

Proposta estabelece periodicidade de inspeções de acordo com o tempo de construção: desde 5 anos para prédios com 30 anos ou mais até vistorias anuais para construções a partir de 60 anos

Vistoria obrigatória em edifícios será votada hoje

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vota hoje, em decisão final, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 491/11, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que determina a realização periódica de inspeções em edificações urbanas.

O projeto define como edificação o conjunto formado por qualquer obra de engenharia da construção, concluída e entregue para uso, com seus elementos complementares, como sistema de ar-condicionado, geradores de energia, elevadores, escada rolante, subestação elétrica, caldeiras, instalações elétricas, montacargas e transformadores, entre outros.

Pelo texto original, barragens e estádios de futebol não estarão sujeitos às inspeções técnicas. Em seu voto favorável à aprovação do projeto, o relator, Zeze Perrella (PDT-MG), apresentou emenda excluindo também da obrigação das vistorias residências unifamiliares de até três pavimentos, ainda que em condomínios horizontais.

Em sua justificativa, Marcelo Crivella argumenta que



Desabamento de três prédios no Rio, em janeiro, é citado pelo relator do projeto

tragédias — como o incêndio do edifício Joelma, em 1974, que tirou a vida de 188 pessoas, e o desabamento do edifício Palace 2 — poderiam ser evitadas caso houvesse política nacional de inspeção periódica de edifícios

Perrella considera inquestionável o mérito da proposta e cita também o desabamento, ocorrido no início deste ano, dos três edifícios da Rua Treze de Maio, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, que provocou a morte de mais de duas dezenas de pessoas.

A periodicidade das inspe-

ções, de acordo com redação dada pela emenda do relator, será determinada em função do tempo de construção, sendo de 5 anos para edificações com 30 anos ou mais; de 3 anos para edifícios com 40 anos ou mais; de 2 anos para construções com 50 anos ou mais; e anual para edificações a partir de 60 anos.

A comissão também pretende votar hoje o PLS 179/06, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que torna obrigatória a individualização das tarifas de saneamento básico de prédios de apartamentos.

Estudantes de cooperativas devem ter acesso ao Prouni

Entre os 11 itens da pauta da Comissão de Educação, Esporte e Cultura (CE) de hoje, está projeto de lei (PLS 250/09) da então senadora Marisa Serrano que assegura acesso a bolsas de estudos do Programa Universidade para Todos (Prouni) a estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em cooperativas educacionais. O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), apresentou voto favorável com uma emenda.

Outro projeto (PLS 504/11), de Humberto Costa (PT-PE), estabelece números máximos de alunos por turma na pré-escola e nos ensinos fundamental e médio. As turmas de pré-escola e dos dois anos iniciais do ensino fundamental terão até 25 alunos; as demais, até 35 alunos. A relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), emitiu parecer pela aprovação.

Projeto evita acidente com material radioativo

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) deve analisar amanhã, em decisão terminativa (sem necessidade de votação no Plenário), projeto que prevê limites para emissão de radiação quando uma instalação radioativa encerrar suas atividades. Se aprovada com a emenda que recebeu no Senado, a proposição deve voltar à Câmara dos Deputados. Segundo o projeto (PLC 141/10), a dose de radiação residual anual não pode ultrapassar um milisievert (unidade usada para medir o impacto da radiação no corpo humano). Exposição a doses acima do recomendado pode causar câncer e anomalias congênitas. O projeto, do então deputado Silvinho Peccioli, determina que o responsável deverá pedir autorização à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnem) para encerrar as atividades.

Entidade para estudos da biodiversidade entra na pauta

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deverá analisar hoje projeto que autoriza o Executivo a criar a Fundação Instituto de Pesquisa da Biodiversidade Brasileira (PLS 583/07).

A criação do instituto tem objetivo de desenvolver pesquisas sobre bioprospecção, difundir o conhecimento adquirido por meio dessas atividades e

promover o aproveitamento econômico da biodiversidade.

De autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto tem como relator Eduardo Braga (PMDB-AM), favorável à proposição.

Crivella argumenta que o Brasil, apesar de sua riqueza em recursos da biodiversidade, tem investido pouco em pesquisa voltada para o aproveitamento econômico desse patrimônio. A maior parte dos

estudos, realizada por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente ou de entidades privadas, tem se voltado para aspectos ecológicos.

O autor do projeto cita os benefícios econômicos e sociais resultantes da exploração de recursos genéticos, especialmente nas áreas de fármacos e defensivos agrícolas e no desenvolvimento de cultivares de maior valor.

Ana Amélia pede mais fiscalização dos implantes de silicone

Os problemas nas próteses mamárias de silicone serão tema de audiência hoje das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH). Ana Amélia (PP-RS) frisou a importância de debater os mecanismos de fiscalização e acompanhamento dos implantes de próteses, seja para fins estéticos ou reparadores.

Segundo ela, estima-se que, de 2004 a 2010, cerca de 25 mil mulheres tenham feito implante nos seios. Para Ana Amélia, a vigilância sanitária precisa criar mecanismos de fiscalização mais rigorosos dos produtos e de sua implantação.

— Espero, com a audiência, contribuir para a busca de soluções para as mulheres que forem prejudicadas pela utilização de próteses defeituosas — afirmou ela, que pediu a audiência com Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



Senadora: debate deve buscar soluções para mulheres prejudicadas

CAS e CDH debatem implantes de silicone e saúde da mama

A saúde da mama e os problemas causados pela prótese de silicone das marcas holandesa Rofil e francesa Poly Implant Prothese (PIP) serão discutidos hoje em audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH).

Foram convidados o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano, e representantes das sociedades brasileiras de Cirurgia Plástica e de Mastologia; Associação Brasileira de Medicina de Grupo; Associação das Vítimas da PIP; Ministério da Saúde; Conselho Federal de Medicina; Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) e Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Senador pediu à Receita Federal que reconheça tratados internacionais e deixe de cobrar por lucro apurado por empresa no exterior, com suas controladas ou coligadas; para ele, isso causa insegurança

Dornelles quer fim de dupla tributação a multinacional

FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) pediu que a Receita Federal reconheça os acordos internacionais assinados pelo Brasil que evitam a dupla tributação. A Receita entende que empresa domiciliada no Brasil deve pagar imposto sobre o lucro de suas controladas ou coligadas no exterior, mesmo que o lucro não seja apurado aqui.

— A tributação dos lucros de empresas brasileiras auferidos no exterior, por meio de controlada ou coligada, está trazendo enorme insegurança para as multinacionais brasileiras — afirmou.

O senador disse que são três os critérios definidores do poder tributário no que tange ao Imposto de Renda. O critério da nacionalidade, o da residência e o da fonte.

O Brasil, segundo Dornelles, adota o critério da residência e o da fonte pagadora “concedendo crédito correspondente ao imposto pago no exterior e tributando os rendimentos produzidos no exterior”.

Ele explicou que os acordos de dupla tributação assinados pelo Brasil seguem o modelo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O entendimento é que os lucros de uma empresa de um país contratante só são tributáveis nesse Estado.



Dornelles ressalta que o tema está sendo debatido no Supremo Tribunal Federal

Como exemplo, o senador citou a hipótese de uma empresa domiciliada no Brasil controlada por uma empresa domiciliada em outro país, caso em que os lucros só seriam tributáveis no Brasil.

— Somente no caso de [os lucros] serem distribuídos, podem ser tributados nesses outros países.

Dornelles lembrou que o tema está sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal e destacou o voto proferido pela então ministra Ellen Gracie no sentido de que a disponibilidade dos lucros de empresas domiciliadas no Brasil gerados no exterior só existe caso tenham sido apurados por controladas, inexistindo disponibilidade no caso das coligadas.

— No caso de controladas ou coligadas situadas em países com os quais o Brasil firmou acordo para eliminar a dupla tributação da renda, o disposto em tais acordos prevalece sobre a legislação interna — explicou.

Em ação direta de inconstitucionalidade, a Confederação Nacional da Indústria contesta dispositivos legais que instituíram a cobrança de impostos e contribuições sobre os lucros de empresas controladas ou coligadas no exterior, independentemente da disponibilidade dos valores pela empresa no Brasil.

O julgamento foi iniciado em 2003, mas ainda não está concluído. Já recebeu 4 votos pela inconstitucionalidade e 4 pela constitucionalidade.

Vanessa Grazziotin: crise mundial sinaliza transição



Vanessa Grazziotin

Apesar da crise capitalista mundial, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considera que também é possível perceber uma transição para um novo mundo.

Segundo ela, a posição e a influência dos Estados Unidos começam a ruir, enquanto a China socialista, com

crescimento econômico recorde, surge como novo ator principal na economia internacional. O potencial econômico de países como Rússia, Índia e Brasil também sinaliza um rearranjo de forças.

— O Brasil não é uma miragem, não é um país fechado, mas é uma interessante realidade. O pensamento brasileiro, hoje, é capaz de influenciar o mundo — disse, apontando que o Brasil precisa avançar mais, buscando crescimento mais robusto e a resolução de gargalos de infraestrutura.

A senadora mencionou ainda que, nessa transição, os países latino-americanos também têm papel relevante.

— A América Latina se sobressai com seus governos democráticos e progressistas — afirmou.

Alvaro critica primeiro ano do governo Dilma Rousseff

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem, em pronunciamento, que o Brasil avançou pouco no primeiro ano de mandato da presidente Dilma Rousseff. Ele afirmou que o país vive “sob a égide de um governo claudicante, omissivo, às vezes confuso, quase sempre nervoso e tumultuado por escândalos de corrupção”.

O senador enfatizou que as reivindicações se multiplicam, com greves em muitos estados. Ele citou a crise das polícias militares, a queda de vários ministros e a demissão do presidente da Casa da Moeda, Luiz Felipe Denucci.

Além de ressaltar que, ao final do primeiro ano de governo, muitas promessas de campanha não saíram do papel, Alvaro Dias também comentou o leilão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília.

— Um estelionato eleitoral patenteadado. Durante a campanha, o que o país mais ouviu foi a demonização das privatizações. É privatização o que ocorreu e não há outro apelido — declarou.



Alvaro Dias

Dedução de despesas no IR com domésticos poderá ser ampliada

Projeto que amplia a dedução de despesas com empregados domésticos, no Imposto de Renda Pessoa Física, está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta (PLS 270/11) é de Roberto Requião (PMDB-PR).

Atualmente, o contribuinte pode deduzir apenas a contribuição patronal à Previdência Social sobre um salário mínimo mensal.

Em média, a modificação aumentaria a dedução de 12% de um salário mínimo para algo em torno de 15% de 1,5 salário mínimo. O projeto será analisado em decisão terminativa — sem precisar passar pelo Plenário.

Senadores sabatinam indicado para Comissão de Valores Mobiliários

A Comissão de Assuntos Econômicos vai sabatar hoje Roberto Tadeu Antunes Fernandes, indicado pela presidente Dilma Rousseff para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Fernandes é servidor da CVM desde 1979, onde ingressou como inspetor e já exerceu os cargos de gerente de Fiscalização de Casos Especiais, superintendente de Fiscalização Externa, superintendente de Relações com o Mercado e superintendente-geral.

Depois da sabatina, sua indicação será votada secretamente pelo colegiado.

Oposição quer esclarecimentos de Mantega e Denucci

Hoje a oposição tentará aprovar na Comissão de Assuntos Econômicos requerimentos de convite ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, e de convocação do ex-presidente da Casa da Moeda, Luiz Felipe Denucci, para esclarecer denúncias de irregularidades na instituição responsável pela emissão de moeda no país.

Os requerimentos foram apresentados pelo líder do PSDB, Alvaro Dias. O parlamentar cita reportagens segundo as quais Guido Mantega teria mantido Denucci no comando da Casa da Moeda mesmo após ter sido alertado pela Casa Civil e pelo PTB, em agosto do ano passado, sobre suspeitas de irregularidades.